FRANÇA

Busca por estabilidade em meio a incertezas

Diante da fragmentação das forças políticas, que sinaliza uma difícil negociação para formação do novo governo, Macron rejeita "por enquanto" renúncia do premiê Gabriel Attal. Líderes de esquerda reivindicam o cargo, mas acordo é complicado

A semana começou em clima de grande indefinição na França, um dia depois das eleições legislativas que revelaram um país politicamente fragmentado — as três principais forças saíram sem maioria absoluta nas urnas. As negociações foram iniciadas pela Nova Frente Popular (NFP), de esquerda, que reivindica a formação do governo diante de seu melhor desempenho. Mas não há perspectiva de uma definição tranquila ou célere. Ante o limbo político, o presidente francês, Emmanuel Macron, pediu ao primeiro-ministro Gabriel Attal que continue no cargo "por enquanto" para manter a estabilidade e a credibilidade do país.

Ao antecipar as eleições legislativas, o presidente de centro-direita tinha como objetivo pedir um "esclarecimento político" aos eleitores. Não foi o que aconteceu. A coalizão de esquerda obteve entre 190 e 195 deputados, seguida pela aliança de centro-direita de Macron (pelo menos 160). Em terceiro, o partido de extrema direita Reagrupamento Nacional (RN) e seus aliados (143), que haviam mostrado uma energia potente no primeiro turno, barrada uma semana depois.

Os resultados da votação e os vetos cruzados entre o partido no poder e A França Insubmissa (LFI), ala radical e principal partido do NFP, complicam a formação de um novo governo, 18 dias antes dos Jogos Olímpicos de Paris. Ainda na noite de domingo, Gabriel Attal anunciou que renunciaria ao cargo. Foi dissuadido horas depois por Macron, em nome da "estabilidade".

AFP

No dia seguinte à votação, o Monumento à República, em Paris, amanhece com inúmeras pichações e cartazes

Tensão

Os líderes de esquerda garantiram que estão prontos para governar e o líder do Partido Socialista, Olivier Faure, defendeu que o NFP apresente um candidato a primeiro-ministro "ao longo da semana", escolhido "por consenso ou por voto". Porém, para alcançarem o poder precisam de uma maioria. Dentro da coalizão, que vai desde social-democratas até anticapitalistas, há discordância sobre possíveis alianças parlamentares.

O líder da LFI, Jean-Luc Mélenchon, cristaliza algumas das tensões. Embora a possibilidade de ser primeiro-ministro gere rejeição, a deputada Mathilde Panot ressaltou que ele não está "de forma alguma desqualificado". "Teremos que nos comportar como adultos", alertou, ainda no domingo, Raphaël Glucksmann, símbolo da ala social-democrata do NFP, para quem o "diálogo" é "uma mudança de cultura política" em uma França desacostumada ao parlamentarismo.

O partido de direita Os Republicanos (LR), que conseguiu manter cerca de 60 deputados depois de uma parte ter feito um acordo com a extrema direita, já garantiu que "não haverá coalizão nem compromisso" de sua parte.

Ao fim de uma campanha inquietante, na qual Macron acusou a LFI de ser "antissemita" e "antiparlamentar", a aliança de centro-direita prefere uma coalizão de "forças republicanas", sem o RN, de Marine Le Pen, ou o partido de Mélenchon.

Há, sobretudo, uma barreira de propostas. O programa do NFP inclui várias linhas vermelhas para a aliança governante e a direita, como a revogação da impopular reforma da Previdência de 2023 e a aprovação de um imposto sobre grandes fortunas.

Nesse cenário nebuloso, o ministro da Economia, Bruno Le Maire, fez um alerta sobre o risco de "crise financeira" e "declínio econômico". A Bolsa de Paris fechou ontem com queda de 0,63%. A principal associação patronal francesa, Medef, pediu ao próximo governo "uma política econômica clara e estável".

Independentemente de resoluções partidárias, tudo indica que o novo governo deve levar algum tempo para chegar. Macron anunciou que, antes de nomear o novo premiê, vai esperar para ver como estará "estruturada" a Assembleia Nacional (câmara baixa), que será instalada em 18 de julho. Além disso, o país está em contagem regressiva para as Olimpíadas no fim do mês.

Isolada e derrotada graças à "frente republicana" que a esquerda e a aliança governista teceram no segundo turno, a extrema direita poderá se tornar a principal força de oposição. "A maré está subindo. Dessa vez, não subiu o suficiente, mas continua a subir e, como resultado, a nossa vitória apenas foi adiada", alertou a sua líder, Marine Le Pen, que espera tornar-se presidente da França em 2027.

União de forças no Parlamento Europeu

O novo bloco de extrema direita no Parlamento Europeu, Patriotas pela Europa, impulsionado pelo húngaro Viktor Orban e pela francesa Marine Le Pen, foi lançado ontem com o objetivo de ter a terceira maior bancada. Pupilo de Le Pen, o eurodeputado Jordan Bardella, de 28 anos, projetado para ser primeiro-ministro da França, presidirá o grupo.

O Patriotas pela Europa foi idealizado pelo premiê da Hungria, mas foi a adesão de 30 deputados do francês Reagrupamento Nacional (RN) que o tornou uma das principais bancadas do Parlamento Europeu. Com 84 membros de 12 países, o bloco ultrapassa a bancada de ultradireita liderada pela primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni.

Com essa dimensão, o grupo estará em condições de disputar com o Renovar Europa (de liberais e centristas) a condição de terceira maior bancada. A maior continua sendo a do Partido Popular Europeu (PPE, direita), à frente dos Socialistas e Democratas (S&D, social-democratas).

Ontem, na sede do Parlamento Europeu, os partidos que confirmaram sua adesão ao bloco finalizaram as negociações para constituir o quadro diretivo, antes de lançá-lo formalmente. A eurodeputada húngara Kinga Gal, eleita primeira vice-presidente do grupo, disse que o "objetivo de longo prazo é mudar a forma de fazer política na UE". Além disso, disse ela, os partidos se comprometem a trabalhar juntos "para preservar nossas raízes indo-cristãs".

AFP

Jordan Bardelle, pupilo de Marine Le Pen, vai liderar bloco da ultradireita

GUERRA NO LESTE EUROPEU

Ucrânia acusa Rússia de atacar hospital infantil

Em uma das mais violentas ofensivas desde o início da invasão na Ucrânia, em fevereiro de 2002, uma onda de bombardeios atribuídos à Rússia deixou, ontem, pelo menos 36 mortos em vários pontos do país. Os ataques atingiram o maior hospital pediátrico ucraniano, em Kiev, o que provocou condenações internacionais. Moscou negou responsabilidade nos atentados, assinalando que os danos foram causados pela queda de mísseis antiaéreos ucranianos.

As consequências da ação levantaram dúvidas sobre o estado das defesas antiaéreas da ex-república soviética, depois de investidas anteriores terem danificado infraestruturas de energia elétrica e aeroportos militares.

"Os terroristas russos voltaram a atacar massivamente a Ucrânia com mísseis", denunciou o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, que pediu uma reunião do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo ele, além da capital, Kiev, foram atingidas as cidades Dnipro, Kryvyi Rih, Sloviansk e Kramatorsk, localizadas no centro e leste do país.

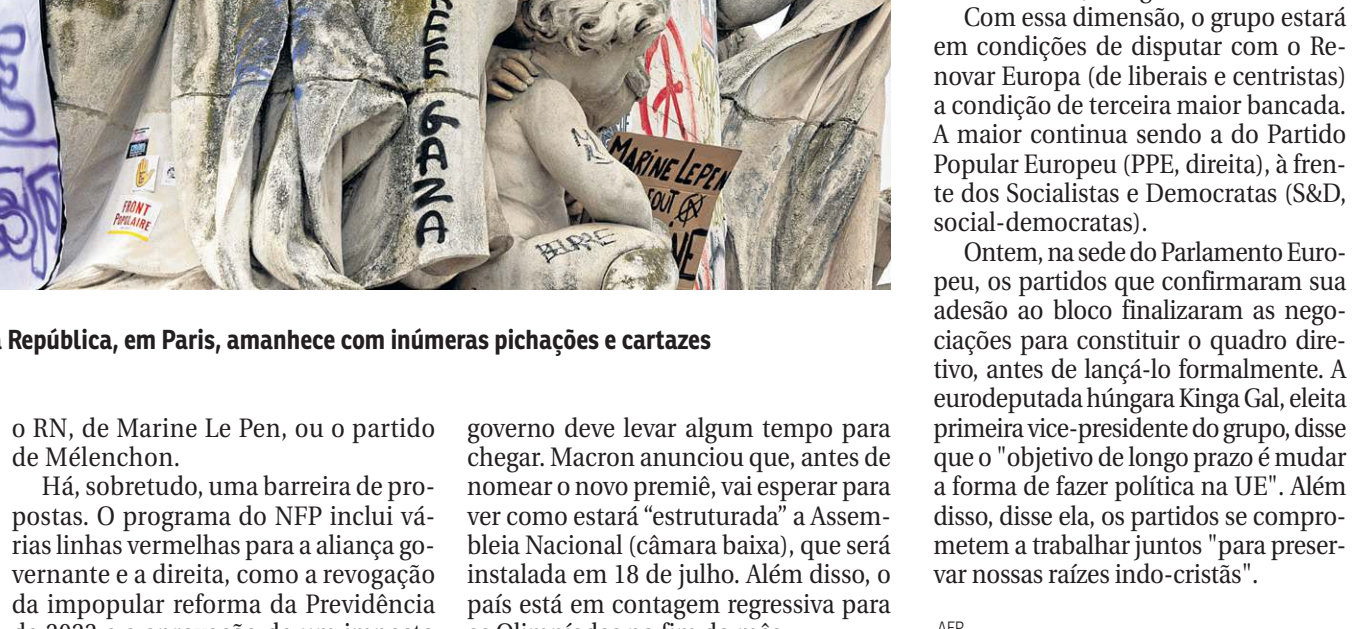
"Prédios residenciais, infraestruturas e um hospital infantil foram danificados", listou Zelensky, que estava em viagem a Varsóvia. O líder ucraniano é aguardado em Washington, nos Estados Unidos, para a cúpula do 75º aniversário da Otan, entre hoje e quinta-feira. Ele cobrou uma "resposta mais forte" das potências ocidentais a Moscou.

Em Kiev, onde dois hospitais foram atingidos por projéteis, pelo menos 22 pessoas morreram e outras 72 ficaram feridas, segundo as equipes de resgate. Na região central de Dnipropetrovk, ocorreram 11 mortes. Outras três foram registradas em Pokrovsk, mais ao leste, perto da linha de frente, segundo as autoridades. O número de feridos chegou a 137.

"A Rússia não pode dizer que não sabe onde os seus mísseis caem e deve assumir total responsabilidade", postou Zelensky na rede social X. O governo de Vladimir Putin, por sua vez, garantiu que tinha como alvo "instalações militares". As imagens, segundo os russos, mostram que os danos foram causados pela queda de mísseis antiaéreos ucranianos.

Kiev, no entanto, destacou que o hospital pediátrico Okhmatdyt foi atingido por um míssil Kh-101/X-101. Centenas de pessoas, incluindo equipes de resgate, familiares e policiais, correram para ajudar as vítimas e limpar os escombros em busca de sobreviventes.

AFP



Resgatistas e voluntários procuram sobreviventes nos escombros de Ohmatdyt, maior clínica pediátrica ucraniana, em Kiev

Reações

A comunidade internacional reagiu ao episódio. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, considerou que os ataques contra o hospital infantil e o outro centro médico "são particularmente chocantes", segundo declarou seu porta-voz, Stéphane Dujarric.

"A Rússia ataca sem piedade os civis ucranianos", indignou-se o chefe da diplomacia da União Europeia, Josep Borrell. A coordenadora humanitária da ONU para a Ucrânia, Denise Brown, condenou "com firmeza" os bombardeios e disse que a morte de crianças é "inconcebível".

Os Estados Unidos consideraram o ataque a um hospital infantil de Kiev "selvagem" e deliberado, nas palavras do porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller. "São lugares sem nenhuma finalidade militar. Não abrigam ativos militares ucranianos, nem membros do Exército ucraniano. São infraestrutura civil, pura e simplesmente", disse Miller. A França também denunciou "atos bárbaros", o Reino Unido classificou o ataque como "atroz" e o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, reprovou o ato "odioso".

"É muito importante que o mundo não se cale e que todos vejam o que a Rússia faz", declarou Zelensky. Ao lado do primeiro-ministro polonês, Donald Tusk, fez um minuto de silêncio pelas vítimas.